



A formação do pesquisador da educação ambiental: reflexões a partir da categoria de ideologia

Ricardo Gauterio Cruz¹

Rossane Vinhas Bigliardi²

Luis Fernando Minasi³

Resumo: No contexto da crise do modo de produção em que vivemos, que tem na crise ambiental uma de suas manifestações, e entendendo a Educação Ambiental como uma tentativa de apresentar as respostas necessárias à superação de tal problemática, compreendemos necessário distinguir que tipo de saberes acerca da Educação Ambiental está se trabalhando em nível de pós-graduação. Procedemos, assim, a análise de algumas dissertações defendidas junto ao PPGEA-FURG, de modo a revelar as representações dos sujeitos em face da realidade, movimento que nos possibilitou compreender a ideologia – enquanto conjunto de idéias, crenças e valores que conduzem os indivíduos a desenvolverem uma compreensão de mundo determinada a partir dos interesses de classe dos intelectuais que a produzem – um forte componente da constituição destes pesquisadores.

Palavras chave: Educação Ambiental, Crise Civilizatória, Ideologia.

The environmental education researcher formation: reflections from the category of ideology

Abstract: In the context of the mode of production in which we live, which has environmental crisis in one of its manifestations, understanding and Environmental Education as an attempt to provide the answers needed to overcome such problems, crisis necessary to distinguish understand what kind of knowledge are being worked on post degree courses of environmental education. Thus proceeded to analyze some dissertations with the PPGEA-FURG in order to reveal the subjects'

¹ Doutorando em Educação Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental - PPGEA/FURG. Email: ricardo_gcruz@hotmail.com

² Doutora em Educação Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental - PPGEA/FURG. Email: rossanevb@hotmail.com

³ Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/UFRGS. Email: fminasi@terra.com.br

representations in the face of reality, a movement that has enabled us to understand the ideology - as a set of ideas, beliefs and values that lead individuals to develop a understanding of a particular world from the class interests of the intellectuals who produce it - a strong component of the constitution of these researchers.

Keywords: Environmental Education, Civilizing Crisis, Ideology.

Introdução

A crise do modo de produção que temos entendido estar em curso apresenta-se para além da crise financeira capitalista, como problema de ordem ambiental, como crise ligada à totalidade do potencial de autodestruição da humanidade no atual desenvolvimento histórico, principalmente por meio da destruição irrevogável da natureza pelo Capital. Neste contexto, temos compreendido a Educação Ambiental para além de um simples campo do saber, mas como a estratégia político-pedagógica para emancipação dos sentidos humanos acerca dos fundamentos do modo de produção material de nossa sociedade, que guarda em sua essência o fundamento desta crise de proporções civilizatórias que vivemos.

Assim, o que esperamos do pesquisador egresso do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), de acordo com os objetivos constantes de seu Projeto Pedagógico, é que seja capaz de compreender as relações sociais para além de sua manifestação aparente, de modo a compreender a essência dos fenômenos materiais – tanto no desenvolvimento de sua dissertação de mestrado, como em sua vida e militância. É neste sentido que compreendemos necessário distinguir que tipo de saberes estão sendo trabalhados no PPGEA, considerando sua vocação crítica e emancipadora do homem.

A formação de pesquisadores pelo PPGEA-FURG é a expressão material, produto do modo de organização e sistematização do Programa, cujo compromisso se apresenta como formador de intelectuais humanizadores, e, portanto, comprometidos com o desenvolvimento de práticas emancipatórias. Partindo desta premissa, nos propusemos a analisar as representações sociais que os mestres em Educação Ambiental desenvolvem em suas dissertações, de modo que seja possível compreender o compromisso político e o posicionamento ideológico que motiva sua prática social – e que se materializam no modo como desenvolveu seus processos formativos.

Caracterização do estudo e metodologia

Enquanto fundamento teórico-metodológico da pesquisa, elegemos o enfoque crítico-participativo com visão histórico-estrutural, voltado para os aspectos materiais da realidade social, cujo objetivo é compreender a realidade para transformá-la. Estamos compreendendo este enfoque como o adequado ao desenvolvimento de nossa pesquisa, pois se apresenta como a metodologia essencialmente direcionada para um fazer pesquisa que se quer transformador da realidade, emancipador dos sentidos, desvelador das ideologias, compromissado com o desenvolvimento de uma consciência justa, exata, das relações sociais.

Guardada a relevância dos aspectos quantitativos do fenômeno, e ressaltando que toda a qualidade se apresenta como a unidade de quantidades determinadas, filiamo-nos a uma abordagem qualitativa do fenômeno de pesquisa, desenvolvendo a compreensão de que podemos conhecer a essência e o fundamento dos fenômenos materiais, as leis de seu movimento, conhecendo suas qualidades determinantes e a forma de sua interação. À interação das qualidades – em cujo interior reside certa quantidade – que determinam o fundamento e as leis do desenvolvimento do fenômeno, estamos chamando totalidade.

A totalidade é uma representação, uma abstração altamente elaborada, que jamais se restringirá ao concreto meramente sensível, mas buscará conhecer suas contradições internas, seu movimento, suas leis e fundamentos, suas relações, é a mais completa e profunda abstração sobre o fenômeno material. Compreender a totalidade é compreender a relação das partes com o todo, as leis de seu movimento, isolando o fenômeno de forma abstrata e decompondo-o no mundo das ideias, interpretando-o e compreendendo-o de forma que seja possível descrever suas múltiplas determinações (LUKÁCS, 1979).

O processo da pesquisa científica, segundo a compreensão que estamos desenvolvendo, parte do concreto sensível – do fenômeno material, de sua forma, de sua aparência – e por meio do processo de abstração, busca compreendê-lo em sua concretude enquanto uma totalidade, uma síntese de múltiplas determinações, uma unidade dialética da interação de inúmeras contradições.

O resultado da pesquisa se apresenta, portanto, como a consciência máxima possível que o pesquisador, em um dado momento histórico, é capaz de desenvolver a respeito de seu fenômeno de pesquisa. É o nível de abstração possível ao pesquisador, compatível com o nível particular de seu próprio desenvolvimento intelectual.

Como toda a síntese é provisória, pois é a expressão das capacidades e possibilidades do pesquisador em um dado momento, o fenômeno enquanto totalidade

representada na consciência do pesquisador está sujeito a novas decomposições e recomposições, de forma que o nível de compreensão de sua essência e de seus fundamentos aproxime-se, cada vez mais, da concretude do fenômeno que se quer conhecer. A compreensão, enquanto fenômeno que ocorre na consciência dos seres humanos, também está sujeita a lei universal do movimento, ou seja, também está em constante transformação.

O fenômeno material-social particular que nos propomos estudar, a Formação dos Pesquisadores do PPGEA/FURG e suas contradições, do modo que o fizemos, nos levou a selecionar algumas dissertações de egressos do PPGEA, entre o período de 2005-2010, na linha de pesquisa Educação Ambiental, Ensino e Formação de Educadores, buscando compreender por meio de que teorias estão sendo constituídos os sujeitos pesquisadores, e por consequência, que tipo de ação política, que tipo de prática social é desenvolvida pelo pesquisador da Educação Ambiental.

A amostra foi analisada, em um primeiro momento, com o objetivo de realizar o levantamento de categorias que serviram de suporte para análise do conteúdo das dissertações. Feita a categorização – levantadas as categorias empíricas – procedemos a análise crítica do conteúdo das dissertações, apoiando-nos nas categorias filosóficas do Materialismo Dialético e nas categorias sociológicas do Materialismo Histórico, de modo a conhecer as representações sociais desses mestres, que como a temos compreendido, são a essência do fenômeno material social particular, Formação de pesquisadores da Educação Ambiental.

Aspectos gerais do fenômeno estudado

Segundo o Projeto Pedagógico do PPGEA, a Educação Ambiental é parte indissociável de uma educação problematizadora, que tem por objetivo a formação de cidadãos capazes de desvelar criticamente a trama das relações econômico-político-ecológicas nas quais as suas vidas estão inseridas e transformar a realidade, ”rumo a uma sociedade sem opressores nem oprimidos e em intercambio sustentável com a natureza não-humana” (SCHMIDT, 2010, p.11).

Esta compreensão, presente no Projeto Pedagógico do PPGEA, aponta de forma inequívoca para aquilo que é denominado por Loureiro (2006) Educação Ambiental Transformadora, que se alinha com uma compreensão de mundo calcada na teoria marxista e no ideal de uma sociedade sem classes.

A Educação Ambiental Transformadora é compreendida por nós, como a educação essencialmente comprometida com a transformação, mudança da forma, alteração radical no modo de organização da sociedade, por meio da emancipação dos sentidos dos sujeitos, de maneira que lhes seja possível desenvolver uma consciência crítica, verdadeira, dialética da realidade. É, portanto, um instrumento a serviço da classe oprimida, um meio para a revolução do proletariado. Parafraseando o título de uma obra de Paulo Freire (2005), esse instrumento seria a *Educação Ambiental do Oprimido*.

Afirmando nosso entendimento de que a exata compreensão da realidade social será a arma decisiva na luta de classes, e que a luta de classes se traduz na luta pela consciência do oprimido, então compreendemos a Educação Ambiental, no sentido posto pelo Projeto Pedagógico do PPGEA, como o fazer educativo necessariamente comprometido com a superação do Modo de Produção Capitalista e das relações opressivas e destrutivas dele advindas.

Esta compreensão figura de modo bastante claro no Projeto Pedagógico do curso, ao apontar que “o horizonte de sentido e significado que o programa consagra na formulação de suas linhas de pesquisa (...) a fim de transfigurar o mais fielmente possível o seu propósito”, qual seja, “o de formar sujeitos íntegros e integrados aos processos sociais”. O documento define, na sequência, integridade “como o processo mesmo de humanização do humano” (SCHMIDT, 2010, p.17).

Tal questão é tratada de modo particular quando o Projeto Pedagógico ocupa-se de esclarecer que o processo de humanização do humano é um processo inacabado, tal como o inacabamento ontológico é trazido por Paulo Freire em sua *Pedagogia da Autonomia*: ensinar exige a consciência do inacabamento (FREIRE, 1996).

É neste sentido que compreendemos a humanização do humano como o fazer histórico e social por meio do qual os indivíduos realizam, ou buscam realizar, as suas potencialidades. No mesmo sentido, estamos compreendendo o trabalho alienado, a reificação da força de trabalho e a produção de mais valia como entraves a realização do vir-a-ser humano, da sua possibilidade de ser-mais humano, de desenvolver as suas potencialidades, enfim, de dar segmento ao processo de humanização.

É neste sentido que compreendemos necessário distinguir que tipo de saberes estão sendo trabalhados no PPGEA, considerando sua vocação crítica e emancipadora do homem. A formação de pesquisadores pelo PPGEA-FURG é a expressão material, produto do modo de organização e sistematização do Programa, cujo compromisso se apresenta

como formador de intelectuais humanizadores, e, portanto, comprometidos com o desenvolvimento de práticas emancipatórias.

Os saberes produzidos por seus egressos, na forma como estamos compreendendo o devir do PPGEA, necessitam ser saberes comprometidos com a emancipação humana e com a superação do modo de produção em cujas relações o ser humano e a natureza são levados a produzir além das necessidades humanas e da capacidade de suporte das relações produtivas, fazendo com que as forças produtivas essenciais, que estamos compreendendo como sendo o homem e a natureza não humana, encontrem-se próximos de seu estado de esgotamento.

Ideologia e representação social de mundo

O processo de objetivação da consciência envolve um complexo conjunto de fatores que compõem a subjetividade do ser social – isso significa que o processo de concreção do pensamento depende de fatores representados na própria consciência, relações que se desenvolvem na realidade objetiva e são projetadas, como em um reflexo, na consciência.

Existe, entretanto, um fator prioritário no processo de objetivação da consciência, que determina o modo como o indivíduo se posiciona frente à realidade. Deste fator prioritário, a que chamaremos liminarmente *compreensão de mundo*, o indivíduo se vale para resolver os problemas postos pela materialidade do mundo, ou seja, a compreensão de mundo do sujeito será o balizador das decisões que ele irá tomar, tanto na esfera individual – frente às questões cotidianas – como na esfera coletiva – no desenvolvimento histórico da sociedade.

O papel da compreensão de mundo dos sujeitos no desenvolvimento da sociedade assume formas particulares e nível de relevância crescente conforme o desenvolvimento do modo de organização das forças produtivas e dos fatores de produção. Isso quer dizer que, conforme se desenvolve a produção material da vida, desenvolve-se também a compreensão de mundo dos sujeitos desta vida. E, dialeticamente, a compreensão de mundo dos sujeitos desenvolve-se concomitantemente com o modo de produção material da vida.

Nas teses sobre Feuerbach (MARX e ENGELS, 2008) encontramos um dos fundamentos do método marxista, que nos indica haver, de modo distinto, a realidade e a compreensão sobre a realidade. Esta compreensão da realidade, para o marxismo, não será

idêntica à realidade, mas um reflexo aproximado desta, apreendido pela consciência. Deste modo, a compreensão de mundo do sujeito será o condicionante do modo como se desenvolverá sua compreensão da realidade, e por consequência, o condicionante de sua prática social.

Não estamos, com isso, assumindo que a consciência detenha prioridade sobre a realidade objetiva, pois a relação se desenvolve da realidade objetiva para a consciência, e desta para a prática social (que é realidade objetiva, ou consciência objetivada). Qualquer compreensão diferente desta implicaria na negação daquilo que centralmente defendemos, e em última análise, na negação dos princípios fundamentais do próprio método marxista. A produção das ideias, como reflexo da produção material, é fruto do intercâmbio orgânico do ser social com o meio natural, organizando no pensar dos indivíduos aquilo que, na esfera da realidade objetiva, o indivíduo faz e vivencia.

O processo de objetivação da realidade subjetiva é descrito por Lukács (2013) como tendo origem em uma prévia ideação, uma elaboração abstrata, no nível do intelecto, do modo de organização das condições necessárias ao alcance dos fins desejados. Com base nesta prévia ideação, o sujeito desenvolve uma determinada prática afim de que o objetivo previamente idealizado se materialize. A esta prática direcionada a um fim específico, Lukács (2013) denominou “posição teleológica”⁴.

Compreender isto nos permite afirmar que, nas sociedades de classes (seja medieval, escravista ou capitalista), o objetivo principal das classes hegemônicas sempre foi desenvolver posições teleológicas que, por intermédio da manipulação da compreensão de mundo das classes dominadas, garanta a reprodução do modo de organização da sociedade que lhes confere a posição de dominadores.

Muito embora cada indivíduo seja um ser singular em suas necessidades e possibilidades, estas necessidades e possibilidades se desenvolvem dentro de determinações históricas muito similares, a partir de relações sociais muito próximas, de

⁴ O termo “teleológico” do grego telos, que significa objetivo. Para Lukács, as posições teleológicas são práticas direcionadas a um determinado fim concebido enquanto realidade abstrata, de acordo o nível de desenvolvimento intelectual do sujeito e de sua compreensão de mundo. A posição teleológica desencadeia uma relação causal sobre a qual o indivíduo não terá controle, e que será determinada pelas condições por ele organizadas, ou seja, tão mais controlável será a relação causal advinda da posição teleológica quanto mais verdadeiros forem os saberes produzidos na consciência desse sujeito e que serviram de fundamento para a prévia ideação. Este movimento da prévia-ideação à objetivação do ato concreto pela tomada de uma posição teleológica pode ser observado tanto nos atos singulares mais simples, como na complexa rede de interações que formam o todo social.

modo que a ação da consciência sobre a realidade objetiva se dá, em um determinado contexto social, sob condições muito próximas senão iguais.

Tais condições representam a essência espiritual⁵ de uma formação social particular, são os fundamentos do complexo de valores, de objetivos e de compreensões de mundo socialmente compartilhado, ou seja, conformam uma ideologia particular hegemônica⁶. Os indivíduos, assim, irão desenvolver suas prévias ideações – suas concepções intelectuais das condições necessárias ao alcance de uma determinada relação causal na realidade objetiva – a partir dos conhecimentos socialmente válidos que esta ideologia particular hegemônica lhes permitiu desenvolver.

A prática social dos indivíduos, as posições teleológicas por eles desenvolvidas, são as posições teleológicas que a ideologia particular hegemônica possibilita ser sentida, ou seja, é a prática social possível e compatível com a compreensão de mundo dos sujeitos. A ideologia, assim, se perfaz como o conjunto de ideias políticas, nem sempre claras ao indivíduo, que atuam em sua consciência, por meio de sua compreensão de mundo, no sentido da realização de interesses que se apresentam ao indivíduo como interesses universais ao gênero humano.

A ideologia é, portanto, uma função social: “é o conjunto de ideias das quais os homens lançam mão para interferirem nos conflitos sociais da vida cotidiana”, nos diz Lessa, e “se as ideias são ou não reflexos corretos da realidade, se e em que medida corresponde ao real, é uma questão que em nada interfere no fato de exercerem uma função ontológica específica na reprodução social” (2000, p.167).

A ideologia assume, assim, uma força material que se torna concreta na luta de classes, que dá movimento ao confronto entre as classes burguesa e proletária. A luta de classes, desta forma, acaba sendo a luta da ideologia burguesa que se apresenta como forma universalmente válida de organização subjetiva da realidade objetiva, e que mantendo esta aparente universalidade, quer manter-se dominante sobre a classe proletária, em contraponto à tentativa proletária de elevar sua ideologia – antagônica aos interesses da classe burguesa – à condição de forma universal de representação da realidade.

“Na grande maioria das vezes, e mesmo no interior de um campo que poderia ser denominado marxista”, nos diz Lessa (2007, p.64), “a ideologia é contraposta à ciência”. “O fenômeno ideológico é comparado a uma câmara escura”, segue o autor, “que inverte o

⁵ No sentido de ideal, do mundo das ideias.

⁶ Particular porque diz respeito a uma formação social específica (não individual, ou pessoal), e hegemônica porque alcança, em algum grau, a toda a sociedade.

real de forma a mascarar as contradições entre os homens, e legitimar a relação de dominação e exploração”. Que a ideologia é capaz de cumprir tal papel, destaca Lessa, é óbvio, e assevera: “não foi negar esse fato a intenção de Lukács ao se contrapor a tal interpretação do fenômeno da ideologia. Para o pensador húngaro”, esclarece Lessa (2007, p. 65), “o problema de se conceber a ideologia como inversão falsificadora do real, em contraposição à ciência, (...) se manifesta de modo imediato na consideração da ciência como uma instância neutra em relação aos conflitos e mediações sociais”.

O problema que aqui se enfrenta recai no fato de o conhecimento científico, na sociedade de classes, ser potencialmente dotado de determinações ideológicas. A este respeito é preciso considerar que “tanto o heliocentrismo de Galileu como a teoria evolucionista de Darwin eram, originalmente, teorias científicas” tornaram-se saberes ideológicos, entretanto, sem deixarem de ser saberes científicos “quando se converteram em armas no combate contra as ideologias conservadoras dominantes em suas respectivas épocas” (LESSA, 2007, p.66).

A ideologia é, assim, uma consequência necessária do desenvolvimento da sociabilidade humana, particular a certos modos de produção. O surgimento das classes sociais, e da luta de classes, faz surgir saberes que atenderão aos interesses de classe, e que passarão a operar no sentido de conservar certo modo de relações sociais, ou de revolucioná-lo. Isso não implica dizer que a ideologia é uma representação insuficiente da realidade, que existe um *quantum* a mais ou a menos de verdade na ideologia ou na ciência, mas implica afirmar que existem saberes dotados de intencionalidades, nem sempre claras, que formam a ideologia.

Quando a ideologia da classe dominante enfraquece a determinado nível, em contraposição ao fortalecimento da ideologia da classe oprimida, reúnem-se as condições necessárias para a concretização de uma revolução social, resolvendo a contradição antagônica do modo de produção, o que culmina no surgimento de uma nova forma de organização da sociedade, ou seja, em um novo modo de produção.

A superação do modo de produção feudal marcou a vitória final da ideologia burguesa sobre a ideologia que sustentava a posição da nobreza e do clero. Da mesma forma, chegará o momento que, na história da humanidade, a ideologia burguesa enfraquecerá de tal modo, se tornará tão incapaz de justificar as relações materiais de produção centradas na produção social para o consumo individual e para o acúmulo privado, que a sociedade alcançará possibilidades de superação das relações capitalistas de produção. Neste sentido, estamos compreendendo que a ideologia assume como vocação

manter o movimento de reprodução e de revolução das formas particulares de ser da sociedade de classes, estando na essência do movimento de desenvolvimento das sociedades baseadas na divisão de classes.

Encontramos em Mészáros (2004, p.65), o conceito que julgamos mais adequado da Ideologia enquanto fenômeno geral, que se manifesta nas sociedades de classe. Segundo o autor “a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada” Como tal, segue o autor, a ideologia não pode ser superada nas sociedades de classe, pois “sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) como consciência prática inevitável das sociedades de classe” isto é, um fenômeno constitutivo das sociedades organizadas em torno da divisão de classes, relacionado com “a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos”.

Há, entretanto, que se retomar o problema da ideologia enquanto visão invertida do real. Estamos compreendendo a ideologia, também, como um fenômeno particular, referente a uma determinada visão de mundo dos indivíduos, fundada nos saberes hegemônicos, ou seja, como uma falsa consciência da realidade. A ideologia enquanto fenômeno particular “é um momento determinado dessa consciência prática, determinado pela época” (MÉSZÁROS, 2004, p.67).

Para compreender a ideologia enquanto compreensão invertida do real, precisamos, primeiro, tratar do porquê ela é uma compreensão invertida, e não falsa. Em havendo uma relação de identidade entre as categorias de aparência e essência, segundo o método marxista, toda a ciência seria absolutamente supérflua, como a própria existência das categorias de aparência e essência nada significaria. O conhecimento do real, portanto, não reside na percepção sobre a aparência do fenômeno, mas nas mediações que compõem o seu movimento interno, suas contradições, ou seja, reside na essência do fenômeno.

Compreender a realidade a partir dos aspectos aparentes dos fenômenos materiais, portanto, é inverter a ordem de prioridade das categorias de aparência e essência no método de análise da realidade, ou seja, é compreender a realidade de um modo invertido. Não é compreender a realidade de modo errado, pois a aparência é parte do fenômeno, é sua manifestação imediata, a forma como ele se apresenta; a compreensão invertida do real é, portanto, uma compreensão incompleta dos fenômenos materiais.

Retomando nossa compreensão de que o ser humano necessita conhecer as relações que se dão no interior do fenômeno – em sua essência – para, por meio da

abstração e da generalização, operar sobre o real de forma relativamente segura e precisa, podemos então afirmar que a compreensão invertida da realidade – centrada na categoria da aparência – não permite ao indivíduo reunir as condições necessárias para organização dos arranjos sociais em prol da vocação ontológica do ser humano, de suas autênticas necessidades, do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção no sentido da humanização do humano.

A compreensão invertida do real, neste sentido, só permite ao ser social reproduzir os arranjos sociais que aí estão, jamais modificá-los. Assim, o objetivo da ideologia burguesa, compromissada com o desenvolvimento das condições adequadas à manutenção do metabolismo do Capital, é reproduzir os saberes que se desenvolvem a partir de uma compreensão invertida do real, pois enquanto assim for, a classe dominada não será capaz de desenvolver a compreensão de mundo necessária à superação da sociedade de classes.

A forma como os indivíduos compreendem a realidade, o modo como representam a realidade material na consciência, independente do nível desta compreensão e de sua exatidão frente à realidade material, em sendo uma representação abstrata e produzida em um contexto sócio-histórico, estamos chamando *representação social*. Assumimos, portanto, que representação social significa um reflexo retido no conteúdo do pensamento do qual o sujeito lançará mão para explicar a realidade material, o modo como a realidade objetiva é representada e armazenada na consciência, a forma como as ideias se relacionam e reproduzem o reflexo ideal da base material.

Estas relações espirituais, que são conteúdo da compreensão de mundo dos indivíduos, e que estão inscritas no complexo da ideologia, são condicionadas pela situação de classe dos indivíduos, ou seja, as representações sociais hegemônicas são as representações produzidas pela e para a classe hegemônica, uma vez que “as ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, colocadas como ideias gerais, comuns e universais de todos os membros da sociedade” (MARX e ENGELS, 2008, p.48).

Aproximando-nos do pensamento de Gramsci (1981), podemos compreender a relação sinonímica entre o que estamos chamando de representação social e o conceito gramsciano de *Senso Comum*. Para o autor, todos somos, em certa medida, “homens massa”, ou “homens coletivos”, pois nossa consciência é, de tal forma determinada pelas relações sociais – relações sociais de produção – que é consequência necessária do desenvolvimento da consciência que seu conteúdo se componha de certos saberes

universais, partilhados por todos os indivíduos de um determinado grupo social, certa compreensão de mundo coletiva.

As representações sociais majoritárias, e que servem aos interesses do capital, consistem na compreensão de que existem certas leis gerais, de certa forma fatais, que não permitem a organização das relações sociais de outro modo que não o constituído. Na essência destas leis encontra-se a aceitação da propriedade privada dos meios de produção, a venda da força de trabalho em troca do salário, a reificação de todas as instancias da vida e a fetichização da mercadoria.

Esta é a compreensão de mundo burguesa, sua ideologia, que permite a manutenção das relações de dominação exercidas sobre a vasta maioria da população mundial. Esta compreensão é a-histórica, pois ignora a possibilidade de desenvolvimento histórico dos homens “desfazer” aquilo que seu próprio desenvolvimento histórico possibilitou existir.

A essência da sociedade, desta forma, compõe-se de relações sociais que determinam a reprodução de certas representações sociais da realidade que irão propiciar as condições objetivas necessárias à reprodução do próprio modo de organização da sociedade, e de seu modo particular de produção. A reprodução de representações sociais que explicam e legitimam as relações capitalistas de produção é o fenômeno engendrado pela ideologia burguesa com o objetivo de impedir – ou, compreendendo o fim do Capital como inevitável, retardar – a mudança de forma radical do modo de produção, evitando a supressão das leis que hoje parecem insuperáveis, mas que são “apenas” essenciais a este modo particular de produção da vida.

Discussão

As considerações que passaremos a tecer passam centralmente pela categoria de Ideologia. Cabe-nos lembrar da carga conceitual desta categoria: entendemos a ideologia como um conjunto de saberes por meio dos quais os indivíduos tomam decisões e conduzem suas ações, a partir de determinados interesses. É importante salientar que, neste contexto, nem sempre os indivíduos produzem sua vida cotidiana a partir dos interesses que lhe são próprios, mas ao contrário, na sociedade capitalista é comum que se opere uma inversão no campo ideológico, ou seja, os indivíduos produzem sua vida cotidiana a partir saberes que são antagônicos a seus próprios interesses.

O sujeito que reproduz a ideologia contrária a seus próprios interesses e a toma como elemento referencial de sua prática social, entretanto, não é um falseador intencional da realidade, um mistificador mal intencionado que reproduz uma mentira, mas sim um sujeito preso a certas determinações de classe que, por suas condições sociopolíticas e histórico-econômicas, reproduz idealmente o modo dominante de reprodução da vida material, ou seja, faz das forças materiais dominantes de uma época também as suas forças espirituais dominantes⁷.

Estamos compreendendo que as representações sociais dos egressos do PPGEA denotam grande comprometimento social e alinhamento conceitual com as compreensões de humanidade, meio ambiente e natureza que consideramos adequados a uma prática autêntica e revolucionária, necessária a superação das relações destrutivas engendradas pelo Capital.

A compreensão de natureza a partir da categoria de totalidade, como estamos convencidos, é capaz de conduzir a uma percepção adequada do movimento de nossa sociedade e das relações que realmente estão em desacordo com o desenvolvimento da humanidade de modo harmônico com o seu meio.

Igualmente importante, segundo estamos entendendo, é a superação do dualismo entre homem e natureza. Uma marca muito presente no movimento ambientalista, e que se faz presente em muitas discussões do PPGEA, diz respeito a certo reducionismo, e a certo barateamento conceitual⁸, que querendo opor o ser social à natureza, insiste na aplicação das adjetivações “antropocêntrico” – adjetivo dos “maus” – e “biocêntrico” – adjetivo dos “bons”.

Este maniqueísmo anti-dialético vem se mostrando um grande entrave na produção das condições objetivas para compreensão dos problemas centrais da humanidade: a exploração do homem pelo homem para a satisfação das necessidades crescentes do metabolismo do capital, e conseqüente degradação do meio natural.

Reduzir as discussões ambientais a tal nível de simplificação implica na produção de alternativas igualmente reducionistas – e ineficazes – de enfrentamento. Uma delas – a principal e mais perigosa, segundo compreendemos – consiste em uma agenda puramente comportamentalista, que desloca ao indivíduo a responsabilidade pelo modo como a humanidade vem relacionando-se, destrutivamente, com a natureza.

⁷ Mais uma vez, em alusão direta à obra *A Ideologia Alemã*, de Marx e Engels.

⁸ O que tanto Emir Sader (2003) como Edward Thompson (1981) chamariam de Miséria da Teoria.

A partir desta compreensão invertida, passam a se reproduzir representações ideias inexatas que querem reorientar os padrões de consumo dos indivíduos, sem, entretanto, sequer cogitar qualquer possibilidade de alteração no modo de produção – que é o responsável não apenas pela produção da riqueza material da sociedade (do conjunto de seus valores de uso) como também por sua disfunção, que engendra nas relações de troca e de acumulação o sofrimento humano e a degradação ambiental.

Igualmente importante no enfrentamento da crise ambiental é o entendimento do meio ambiente como mediação. A mediação é um dos aspectos mais relevantes da dialética, pois segundo estamos entendendo, os fenômenos enquanto totalidades se constituem por contradições em constante movimento. O meio ambiente, assim, não é apenas o espaço geográfico ocupado pela esfera biológica, o lócus que os dicotomizadores maniqueístas querem proteger a qualquer custo, mas o conjunto de mediações sociais e biológicas que determinam o conteúdo material da natureza enquanto totalidade.

Aqueles que entendem que exista o “bem” e o “mal” na relação entre humanidade e natureza tendem a entender o meio ambiente como o conjunto de biomas que formam o ecossistema planetário, e cuja homeostase encontra-se ameaçada pela forma como os recursos naturais são consumidos pelo ser humano nos atos singulares de sua vida. Esta compreensão não se faz presente nas representações que analisamos, mas surge de modo recorrente em diversas discussões, em especial para defender o barateamento conceitual ante as exigências de um estudo aprofundado dos determinantes histórico-econômicos da crise ambiental.

Concepções como esta estão em notória expansão no meio acadêmico, e em particular, no PPGEA, objetivando-se em um construto teórico que reúne saberes eivados dos interesses reformistas do capital, que em nossa compreensão, não poderão conduzir a humanidade a outro destino que não seja à reprodução indefinida do mesmo, enquanto houver humanidade e natureza para sustentar esta reprodução.

Se faz necessário, ainda, problematizar o currículo do Programa, a partir, sobretudo, da observação, da abstração e da discussão com colegas e professores, das mediações experimentadas tanto nas salas de aula como nos diferentes espaços formativos do PPGEA. Compreendemos o currículo como condicionante prioritário na formação do pesquisador, e neste sentido, temos compreendido a organização curricular do PPGEA como inadequada a formação de pesquisadores educadores – adjetivados ou não de ‘ambientais’ – críticos e capazes de promover mudanças significativas na ordem social vigente.

Compreendemos a formação do pesquisador do PPGEA como calcada em uma perigosa autonomia, na ausência de parâmetros para definição dos componentes curriculares que fizeram/farão parte do currículo particular que cada discente irá cursar no PPGEA. O regimento original do PPGEA, aprovado no ano de 2005, trazia um núcleo de componentes curriculares obrigatórios, dentro do qual existiam disciplinas relativas à Filosofia, Sociologia, Meio Ambiente e Metodologia da Pesquisa. Este regimento sofreu alterações ao longo dos últimos anos, que culminaram na abolição das disciplinas obrigatórias no Programa.

No desenvolvimento desta pesquisa, reafirmamos nossa compreensão de que a vocação ontológica do ser social, que é seguir se humanizando, se desenvolvendo, realizando o seu vir-a-ser (vocação esta que se coaduna com os objetivos expressos no Projeto Pedagógico do PPGEA) encontra na forma particular de metabolismo social do Modo de Produção Capitalista um entrave à objetivação deste desenvolvimento. Temos compreendido, assim, que não há possibilidade de humanização que venha a ocorrer em um modelo societário erigido sobre a exploração do homem pelo homem. Temos entendido que, enquanto perdurar a dominação imposta sobre a classe trabalhadora, sobretudo por meio do complexo da ideologia, pela venda da força de trabalho, não haverá liberdade, muito menos humanização, ou solução possível para a crise ambiental que vem demonstrando possibilidades muito concretas de ameaça à vida humana no planeta.

Neste ponto, não conseguimos encontrar uma terceira via, uma “caminho do meio”, que não passe pela revolução contra o capital ou pela barbárie humana, pois não há terceira via: ou se é favorável à exploração do homem pelo homem ou se é contrário a ela; e em sendo contrário a estas relações, se é contrário ao modo de produção que nelas encontra sustentáculo, pois não há como acabar com a exploração do homem pelo homem sem acabar com o modo de produção que depende de relações desta natureza para se reproduzir.

São estes saberes que, não raramente, deixam de fazer parte dos conteúdos programáticos do PPGEA, cedendo espaço para questões cada vez mais pontuais (e menos fundamentais) que desviam o foco da análise da luta de classes para focá-la em um relativismo incapacitante, incapaz de produzir o novo (capaz apenas de reproduzir o velho).

Os saberes necessários à formação de pesquisadores da Educação Ambiental capaz de ser agente da transformação, capaz de operar de forma consciente no/com o mundo, como temos compreendido, são os saberes do mundo concreto, e necessitam serem

os saberes da essência do mundo concreto – não da realidade aparente que os meios de comunicação de massa nos mostra, que a ideologia dominante apresenta como sendo o cerne de nossos problemas, quando de fato são meras conseqüências do próprio modo de produção.

A ideologia se apresenta como categoria científica – ou, como categoria do marxismo científico – central na análise das categorias empíricas do fenômeno estudado. Cabe, entretanto, apontar que nossa compreensão de representação social, em certa medida, se funde com a compreensão de ideologia em seu sentido amplo, ou seja, aquele apresentado na Ontologia do Ser Social de Lukács (2013) e retomado em O Poder da Ideologia de Meszaros (2004): a compreensão máxima possível que, em um determinado momento histórico, um grupo ou a sociedade com um todo, é capaz de produzir acerca da realidade objetiva.

Mas o sentido de ideologia que encontramos como central na formação dos egressos do PPGEA não é esta, mas sim aquela de A Ideologia Alemã de Marx e Engels, ou seja, Ideologia em seu sentido restrito: conjunto de idéias, crenças e valores que conduzem os indivíduos a desenvolverem uma compreensão de mundo determinada a partir dos interesses de classe dos intelectuais que a produzem. E neste sentido, a partir da análise sobre as representações sociais dos mestres em Educação Ambiental, estamos convencidos de que a ideologia burguesa é um forte componente da constituição destes pesquisadores.

Chegamos a esta abstração por inferirmos que, não raramente, existe um processo de inversão na compreensão dos pesquisadores, de forma que passam a compreender seus fenômenos de pesquisa a partir de um complexo de relações causais que, na realidade objetiva, se mostra equivocado. Esta natureza de inversão, como a temos compreendido, serve não somente à reprodução das mesmas relações sociais que se destinam a satisfação das necessidades do capital – em oposição aos interesses genuinamente humanos – como também à reprodução do modo de produção que tem, em sua essência, a necessidade de crescente destruição dos meios de produção – força de trabalho e natureza.

Este tipo de inversão mistificadora do real se objetiva na compreensão das conseqüências do modo de produção como se fossem suas causas. Ao confundir causas e conseqüências do fenômeno – do modo de produção, no geral, e da relação do modo de produção com seus fenômenos de pesquisa, no particular – o pesquisador irá apontar para soluções inócuas frente às reais necessidades que emergem da relação entre o fenômeno de pesquisa e os seres sociais que com ele se relacionam.

Este tipo de inversão – que compreendemos não como um falseamento intencional da realidade, mas como uma inversão na ordem de prioridade dos fatores – leva os pesquisadores a compreenderem a realidade confundindo os aspectos aparentes dos fenômenos como aspectos que lhes são fundamentais (essenciais). Assim, o movimento de desenvolvimento do fenômeno é entendido por sua exterioridade imediata, por sua manifestação aparente, não por sua essência, pelas leis reais e objetivas que constituem o seu fundamento.

Estamos convencidos de que esta natureza de inversão vem operando de forma crescente no fenômeno geral formação de professores e de pesquisadores, e em particular, na formação dos educadores ambientais e dos pesquisadores deste campo. Tais relações não se mostram presentes apenas nas dissertações que analisamos – mas fundamentalmente nelas – permeando outros espaços formativos e de constituição dos sujeitos no interior do PPGEA.

Como fato relevante, e revelador deste tipo de relação, podemos destacar a ameaça de descredenciamento a que estão submetidos docentes de diversos programas de pós-graduação (inclusive do PPGEA) uma vez que a manutenção de seu vínculo enquanto pesquisadores-orientadores está condicionada a certo quantitativo de publicações em periódicos de excelência avaliados pela CAPES. Esta condição se motiva pela relevância das publicações na avaliação dos cursos, e conseqüências daí advindas, como obtenção do *status* auferido por conceitos mais elevados e concessão de bolsas.

Em nossa compreensão, a avaliação dos programas de pós-graduação e sua qualificação junto à CAPES deve ser uma conseqüência da qualidade objetiva do Programa, que demanda certo currículo, certos conteúdos programáticos, certa bibliografia, certa rigorosidade teórica e metodológica, que em unidade dialética, irão resultar nas dissertações e teses que, dada sua relevância, inediticidade e qualidade de forma e conteúdo, irão lograr aceite para publicação nos periódicos avaliados como de excelência pela CAPES. A qualidade do programa – refletida na produção de seus discentes e orientadores – constitui-se na causa, da qual o conceito obtido junto à CAPES é (ou deveria ser) conseqüência.

Ao estarem submetidos à certa exigência de produtividade sob pena de desvinculação do Programa, a relação que se desenvolve é de inversão, ou seja, as conseqüências são tomadas como causas, como fins em si, como objetivos desvinculados daqueles presentes no próprio Projeto Pedagógico do Programa. O quantitativo de publicações se impõem independentemente das pesquisas desenvolvidas, da qualidade das

dissertações ou teses orientadas, enfim, a qualidade formal do Programa se torna independente da qualidade do processo formativo pelo qual é responsável.

Esta relação por meio da qual o objeto (avaliação) se destaca de seu criador, se torna independente dele, para então dominá-lo, é o fenômeno que a teoria marxista denomina fetichização. No modo de produção capitalista, o fetiche da mercadoria é o modo mais comum de dominação do sujeito pela coisa, entretanto, como buscamos argumentar, no meio acadêmico, e de modo particular no PPGEA, a fetichização toma novos contornos, a ponto da avaliação dos cursos – sua qualidade medida pela CAPES – se tornar independente da qualidade do processo formativo que a avaliação busca quantificar.

Superar as relações ideologizadas, onde se confundem as causas e as conseqüências, onde a aparência e a essência tomam os contornos de um amalgama, segundo a compreensão que esta pesquisa vem permitindo desenvolver acerca de seu fenômeno, constitui-se como o grande desafio que o PPGEA precisa enfrentar para alcançar seu objetivo último, conforme consta em seu Projeto Pedagógico, de formar pesquisadores capazes de desvelar a trama das relações econômico-político-ecológicas e transformá-la, pela prática, rumo à uma sociedade ambientalmente sustentável e socialmente justa – sem opressores nem oprimidos.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GRANSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

LESSA, Sérgio. Lukács: porque uma ontologia no século XX? In: BOITO JR, Armando. TOLEDO, Caio Navarro de. RANIERI, Jesus. TRÓPIA, Patrícia Vieira. **A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações**. São Paulo: Xamã, 2000.

LESSA, Sérgio. **Para Compreender a Ontologia de Lukács**. Ijuí: UNIJUÍ, 2007.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajetórias e Fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

LUKÁCS, Gyorg. **Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, Gyorg. **Para Uma Ontologia do Ser Social**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **O Poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Martin Claret: São Paulo, 2008.

SADER, Emir. **A Vingança da História**. São Paulo: Boitempo, 2003.

SCHMIDT, Elisabeth Brandão. et al. **Projeto Pedagógico do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental**. Rio Grande, FURG, 2010.

THOMPSON, Edward. **A Miséria da Teoria** – ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.